Notícias do dia 23 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos parlamentares, do Governo, do TCE e de prefeitura na pauta 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos parlamentares, do Governo, do TCE e de prefeitura na pauta 5

OPINANDO - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Dívida Líquida de Goiás chega ao menor patamar dos últimos 20 anos 7

Projetos parlamentares, do Governo, do TCE e de prefeitura na pauta

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 23, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 91 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates e votaram 29 matérias, quatro delas em fase definitiva, sendo uma assinada pela Governadoria, uma pela Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Púbico Estadual e duas de autoria de deputados.

Dentre os processos em pauta para votação, 87 são de iniciativa parlamentar, sendo 36 aptos para votação definitiva e 51 em fase de primeira apreciação. Há, ainda, um projeto de lei do Poder Executivo para segunda votação, que autoriza o Executivo estadual a alienar, mediante doação onerosa, ao município de Bom Jesus de **Goiás**, imóvel que se destinará para reforma, adequação e ampliação ao Centro de Atendimento à covid-19 e à estrutura administrativa do Programa Melhor em Casa.

Para apreciação única, a pauta traz três matérias; sendo um processo referente a prestação de contas, referente ao exercício de 2018, do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**); uma declaração de situação de emergência por parte do município de Corumbaíba; e uma revogação de decreto legislativo que, ao mesmo tempo, traz nova indicação de nome para ocupar o cargo em comissão de **conselheiro**, DAS-3 do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**).

Diploma em braile

Dentre os processos parlamentares em pauta para votação definitiva, destaque para o projeto de lei nº 5382/19 , de autoria do deputado Talles Barreto (UB), que visa garantir aos alunos com deficiência visual a obtenção de diploma expedido em braile, quando da conclusão do ensino médio, ensino superior, especializações, mestrados e doutorados, em instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, do estado do **Goiás**.

De acordo com a proposta, o diploma em braile será disponibilizado para as pessoas com deficiência visual, por todas as instituições de ensino do estado de **Goiás** (públicas e privadas), sem custo adicional, e sua emissão respeitará os mesmos prazos e procedimentos para registro que o diploma regular, devendo inclusive conter todos os dados obrigatórios previstos na legislação vigente.

"Esta proposição pretende promover a integração e inclusão de pessoas com deficiência, colaborando de maneira efetiva para que seus direitos a educação e inclusão sejam assegurados e respeitados, além de incentivar seu desenvolvimento escolar e reduzir as limitações e barreiras que a deficiência por vezes impõe, estabelecendo com isso condições de maior igualdade social", explica Talles Barreto em sua justificativa.

A matéria recebeu o apensamento dos projetos nº 1373/20, de Henrique Arantes (MDB); nº 1826/20, de Gustavo Sebba (PSDB); nº 4653/21, de Antônio Gomide (PT); e o nº 6517/21, de Bruno Peixoto (UB).

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido de votações do Parlamento goiano, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no Palácio Maguito Vilela, e outra parte de suas residências ou escritórios.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 23, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-parlamentares-do-governo-do-tce-e-de-prefeitura-na-pauta/

Projetos parlamentares, do Governo, do TCE e de prefeitura na pauta

O Plenário da **Alego** faz nesta quinta-feira, 23, sessão ordinária híbrida com 91 processos legislativos aptos à apreciação na pauta. São 87 projetos de iniciativa parlamentar, sendo 36 aptos para votação definitiva e 51 em fase de primeira apreciação. Há, ainda, um projeto de lei do Poder Executivo para segunda votação. A sessão poderá ser acompanhada ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 23, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 91 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates e votaram 29 matérias, quatro delas em fase definitiva, sendo uma assinada pela Governadoria, uma pela Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Púbico Estadual e duas de autoria de deputados.

Dentre os processos em pauta para votação, 87 são de iniciativa parlamentar, sendo 36 aptos para votação definitiva e 51 em fase de primeira apreciação. Há, ainda, um projeto de lei do Poder Executivo para segunda votação, que autoriza o Executivo estadual a alienar, mediante doação onerosa, ao município de Bom Jesus de **Goiás**, imóvel que se destinará para reforma, adequação e ampliação ao Centro de Atendimento à covid-19 e à estrutura administrativa do Programa Melhor em Casa.

Para apreciação única, a pauta traz três matérias; sendo um processo referente a prestação de contas, referente ao exercício de 2018, do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**); uma declaração de situação de emergência por parte do município de Corumbaíba; e uma revogação de decreto legislativo que, ao mesmo tempo, traz nova indicação de nome para ocupar o cargo em comissão de **conselheiro**, DAS-3 do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**).

Diploma em braile

Dentre os processos parlamentares em pauta para votação definitiva, destaque para o projeto de lei nº 5382/19 , de autoria do deputado Talles Barreto (UB), que visa garantir aos alunos com deficiência visual a obtenção de diploma expedido em braile, quando da conclusão do ensino médio, ensino superior, especializações, mestrados e doutorados, em instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, do estado do **Goiás**.

De acordo com a proposta, o diploma em braile será disponibilizado para as pessoas com deficiência visual, por todas as instituições de ensino do estado de **Goiás** (públicas e privadas), sem custo adicional, e sua emissão respeitará os mesmos prazos e procedimentos para registro que o diploma regular, devendo inclusive conter todos os dados obrigatórios previstos na legislação vigente.

"Esta proposição pretende promover a integração e inclusão de pessoas com deficiência, colaborando de maneira efetiva para que seus direitos a educação e inclusão sejam assegurados e respeitados, além de incentivar seu desenvolvimento escolar e reduzir as limitações e barreiras que a deficiência por vezes impõe, estabelecendo com isso condições de maior igualdade social", explica Talles Barreto em sua justificativa.

A matéria recebeu o apensamento dos projetos nº 1373/20, de Henrique Arantes (MDB); nº 1826/20, de Gustavo Sebba (PSDB); nº 4653/21, de Antônio Gomide (PT); e o nº 6517/21, de Bruno Peixoto (UB).

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido de votações do Parlamento goiano, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no Palácio Maguito Vilela, e outra parte de suas residências ou escritórios.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 23, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes

fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/126213/projetos-parlamentares-do-governo-do-tce-e-de-prefeitura-na-pauta

Dívida Líquida de Goiás chega ao menor patamar dos últimos 20 anos

Cloves Reges Maia

Depois de receber o Estado numa situação de completa falência fiscal e financeira, com rombos nas contas públicas que chegavam a R$ 7 bilhões, segundo auditoria do **Tribunal de Contas do Estado**, a gestão Ronaldo Caiado, iniciada em janeiro de 2019, chega ao final do 10º quadrimestre da atual administração comemorando resultados extremamente positivos do ponto de vista fiscal.

Números divulgados pela secretária de Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, relativos ao 1º quadrimestre de 2022, mostram uma situação totalmente diferente daquela que foi recebida por Ronaldo Caiado. Segundo dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Goiás reduziu sua Dívida Consolidada Líquida (DCL) para os menores patamares dos últimos 20 anos.

Já no primeiro ano de mandato, Ronaldo Caiado quebrou a série histórica de déficits orçamentários que o Estado vinha experimentando e fechou aquele ano com um superávit de cerca de R$ 500 milhões, deixando claro que a meta era resgatar as finanças públicas e retomar o caminho do desenvolvimento.

Apurada pela equação Dívida Consolidada Bruta - Disponibilidade de Caixa, a DCL goiana teve redução de 27,46% no período, passando de R$ 18,4 bilhões para R$ 13,4 bilhões atualmente. A relação DCL/Receita Corrente Líquida (RCL) chegou a 40,2%, o menor percentual dos últimos 20 anos. A mudança ocorreu porque o Estado controlou as despesas e aumentou a disponibilidade de caixa, com o aumento da receita, informou a Secretaria de Economia do Estado.

Este é o primeiro relatório apresentado após a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, em vigor em Goiás desde 1° de janeiro, e demonstra que o Estado cumpre as metas de despesas acertadas com a União. A receita subiu para R$ 12,4 bilhões, número que supera os R$ 10,5 bilhões de 2021. As despesas estaduais liquidadas foram maiores nos quatro primeiros meses do ano, alcançando cerca de R$ 10 bilhões de despesas diversas, contra R$ 8,89 bilhões nos quatro primeiros meses do ano passado.

As vinculações constitucionais com saúde e a educação já liquidadas evoluíram no primeiro quadrimestre. Na educação foram liquidados cerca de R$ 2 bilhões em 2022, com crescimento de 28% acima do mesmo período do ano passado. Na saúde as despesas liquidadas foram de R$ 1,2 bilhão, aumento de 43% em relação ao mesmo período de 2021.

Site: https://nosopinando.com.br/divida-liquida-de-goias-chega-ao-menor-patamar-dos-ultimos-20-anos/